

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONERH

1 AOS vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e onze, as nove e trinta
2 minutos, no auditório Paulo Jackson, situado no Instituto de Gestão das Águas
3 e Clima - INGÁ, teve início a 19ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de
4 Recursos Hídricos – CONERH. Conduzida pelo Presidente do CONERH, Sr.
5 Secretário do Meio Ambiente, Eugênio Spengler. Estiveram presentes os
6 conselheiros do CONERH: Luiz Henrique Pinheiro; Marcelo Nunes de Abreu;
7 Mauricio José Nunes Ferreira; Solange Alcântara Neves da Rocha, Francisco
8 Assis Pinheiro Filho; Antônio Olavo de Almeida Fraga Lima; Gertha Merícia
9 Rios Pinheiro de Almeida; Hermenilson Ferreira Carvalho; Evilásio da Silva
10 Fraga; Leila Márcia Souza Oliveira; Demóstenes Miranda de C. Filho; Julio
11 Cesar Rocha Mota; Márcio Ferreira Guimarães; Sérgio de Almeida Bastos;
12 José Silva Costa; José Umberto Barros Moreira; Gersonice Azevedo Brandão e
13 Eduardo Henrique Rode. Com o objetivo de realizar a presente reunião em que
14 o Presidente fez a leitura dos pontos de pauta da reunião: 1. Aprovação da ata
15 da reunião anterior; 2. Estudo de Priorização dos Rios a serem Enquadrados
16 nas Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe, Leste, Paraguaçu e Salitre; 3.
17 Encaminhamento do Processo nº1006110003007/11 para relatoria e parecer
18 do CONERH; 4. Apresentação da EMBASA com o tema “Água e Saneamento”;
19 5. Informe sobre o Grupo de Trabalho do Programa de Restauração e
20 Conservação de Matas Ciliares e Nascentes - GTMAC; 6. Informe sobre a
21 deliberação nº01, de 27 de agosto de 2010, do Comitê de Bacia Hidrográfica
22 do Rio Itapicuru; 7. Alteração do calendário anual das Reuniões Ordinárias do
23 CONERH 2011. 8. O que ocorrer. Após a leitura dos pontos de pauta o
24 presidente Eugênio Spengler fez um esclarecimento a respeito da alteração do
25 calendário anual de reuniões ordinárias do CONERH, informando que a
26 solicitação de mudança do calendário: É devido à coincidência entre as datas
27 das reuniões do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH e
28 Conselho Nacional de Meio Ambiente- CONAMA, e que esta coincidência
29 dificulta a participação do mesmo nas reuniões do CONERH, ou nas reuniões
30 do CONAMA. Também salientou a relevância de sua participação que entende
31 que é importante a participação nas discussões dos dois conselhos. Após o
32 esclarecimento iniciou - se a discussão sobre a Aprovação da Ata da 18ª
33 Reunião Ordinária do CONERH. O Conselheiro Evilásio Fraga pediu a revisão
34 da ata nas linhas 40, 41, 42 e 43 de forma que esclarecesse melhor a
35 discussão sobre o Enquadramento Transitório do Riacho da Panela, do Riacho
36 Principal, Rio Chapadinha, Rio Paraguaçu (jusante da Barragem de Pedra do
37 Cavalo). O Presidente fez a leitura do trecho que estava em questão e solicitou
38 a ao conselheiro apresentar a sugestão de alteração do trecho. O Conselheiro
39 Evilásio Fraga salientou que com relação ao prazo dos enquadramentos, pois a
40 Embasa teria que apresentar um resultado num prazo de um ano ou dois, pois
41 o mesmo concordou que a Embasa não teria condição de apresentar resultado
42 neste prazo estipulado. O Conselheiro Julio Mota salientou que este prazo se
43 refere aos enquadramentos provisórios que já haviam sido feitos adequações e
44 trata-se do prazo inicial estipulado, pois para ter um resultado das ações não
45 adiantaria estipular prazo inexecutável, e depois ficar solicitando adiamento, não
46 seria esta a melhor opção para o resultado para os enquadramentos das
47 bacias. Dessa forma, sugeriu o encaminhamento à secretaria executiva do
48

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria de Meio Ambiente
Instituto de Gestão das Águas e Clima
Conselho Estadual de Recursos Hídricos



49 CONERH o pronunciamento feito pelo mesmo para deixar mais claro a redação
50 da ATA. O Conselheiro Luiz Herinque fez alguns esclarecimentos quanto ao
51 enquadramento, e salientou que nesta mesma reunião haveria uma
52 apresentação sobre enquadramento, e que em hora mais oportuna deverá
53 fazer uma releitura sobre os enquadramentos, e que na opinião dele há uma
54 confusão conceitual entre enquadramento transitório e enquadramento.
55 Também salientou que a resolução de número 91 do Conselho Nacional de
56 Meio Ambiente - CONAMA trata sobre o tema enquadramento transitório. O
57 Conselheiro Luiz Henrique também suscitou a necessidade de haver uma
58 discussão sobre o significado do enquadramento transitório que é diferente do
59 enquadramento o qual vem acompanhado do plano de bacia e que tem metas
60 intermediárias, meta final e um horizonte maior para se reverter a situação dos
61 rios e que não se trata de uma única ação. Também afirmou que não é uma
62 coisa fácil, mas é possível de ser fazer. O Presidente Eugênio Spengler
63 questiona aos conselheiros se estão de acordo com o encaminhamento sobre
64 a ATA e propõe para que a ATA da 18ª reunião Ordinária seja aprovada na
65 próxima reunião do CONERH. Depois de aceito a sugestão sobre a aprovação
66 da ata por unanimidade. Passou-se para o segundo assunto da pauta que
67 trata sobre o Estudo de Priorização dos Rios a serem Enquadrados nas Bacias
68 do Recôncavo Norte e Inhambupe, Leste, Paraguaçu e Salitre, convidou a
69 Coordenadora de Planejamento de Recursos Hídricos, Maria do Carmo, para
70 apresentar o estudo. Maria do Carmo fez alguns esclarecimentos quanto ao
71 estudo e convidou o consultor Rogério Campos, Doutor em Recursos Hídricos,
72 contratado pelo INGÁ para fazer a apresentação do estudo de priorização das
73 RPGAs. O consultor Rogério Campos iniciou sua apresentação esclarecendo
74 os objetivos do estudo, apresentando a metodologia que foi empregada para a
75 hierarquização e classificação das RPGAs. Também apresentou as
76 características das RPGAs, e esclareceu que este estudo servirá para a
77 tomada de decisão quanto à priorização dos Rios, pois foram utilizados critérios
78 únicos e critérios múltiplos por meio do método ELECTRE II que constitui a
79 família de métodos de análise multicriterial, que se originou na França nos anos
80 60. O método ELECTRE II é baseado em relações de hierárquicas que
81 possibilitam a adoção de critérios de diferentes naturezas. O Consultor
82 Rogério Campos também enfatizou que os critérios foram elaborados
83 conjuntamente com a equipe do INGÁ e foram divididos em quatro tipos: Sócio-
84 Econômico, Ambientais, Políticas Públicas e Hidrológicos. O Consultor
85 salientou que houve reuniões com os membros dos comitês, membros da
86 câmara técnica de planos, programa e projetos e que foi elaborado um
87 formulário de avaliação a partir desta avaliação obteve-se a classificação das
88 RPGAs, também apresentou o fluxograma de priorização das RPGAs.
89 Presidente do Conselho abriu para perguntas. O Diretor de Regulação Gustavo
90 Penedo questionou quem escolheu os critérios Oxigênio Devolvido e Demanda
91 Bioquímica de Oxigênio? O Consultor Rogério Campos informou que estes
92 parâmetros foram escolhidos pela equipe do INGÁ e por ele que realizou a
93 consultoria. Gustavo Penedo questionou por que foi utilizado o critério de
94 números de outorga de captação de água para abastecimento humano e
95 dessedentação animal e não a de lançamento de efluentes para fazer a
96 hierarquização das RPGAs. O consultor informou que este critério foi escolhido
97 pelo INGÁ devido a quantidade de Outorgas, e foi utilizado como critério único.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria de Meio Ambiente
Instituto de Gestão das Águas e Clima
Conselho Estadual de Recursos Hídricos



98 Sérgio Bastos questionou sobre os rios Joanes e Pojuca por que na
99 classificação ficou na frente do Recôncavo Norte, se foi por quantidade de
100 outorgas ou volume de cada uma, considerando que a EMBASA possui uma
101 outorga de grande captação. O Consultor Rogério Campos salientou que foi
102 utilizado o critério único a partir da quantidade de outorgas. O Conselheiro
103 Evilásio Fraga questionou quais os representantes foram ouvidos, os
104 representantes dos comitês, do INGÁ e da Câmara Técnica de Planos
105 Programa e Projetos. O Consultor informou que cada comitê de bacia mandou
106 dois representantes e também o membro da Câmara Técnica de Planos,
107 Programas e Projetos num total de oito representantes dos comitês e um
108 representante do INGÁ. O Conselheiro Evilásio Fraga também questionou por
109 que o rio Almada, no critério de priorização ficou à frente do rio Cachoeira, pois
110 o mesmo evidenciou que conhece a realidade dos rios, e informou que o rio
111 Cachoeira serve a uma maior quantidade de cidades mais do que o rio Almada.
112 O consultor informou ainda que foram utilizados os mesmos critérios para os
113 demais rios ou seja, a quantidade de outorgas. Cristiane Soares Cortizo,
114 coordenadora de Outorga do INGÁ, indagou sobre a qualidade da água que foi
115 avaliado por meio dos critérios de Oxigênio Dissolvido e Demanda Bioquímica
116 de Oxigênio, manifestou interesse em saber como tal procedimento foi passado
117 para os avaliadores e que diagnóstico foi realizado? O Consultor Rogério
118 Campos informou que os dados foram disponibilizados pelo programa monitora
119 do INGÁ, e completa dizendo que a discussão a respeito dos critérios foi
120 bastante acalorada. O Conselheiro Luiz Henrique Pinheiro fez algumas
121 considerações a respeito dos critérios adotados pelo referido estudo,
122 salientando que para além das dúvidas apresentadas sobre a quantidade de
123 outorga ou volume outorgado, ou mesmo considerar além das outorgas de
124 abastecimento, as outorgas lançamento de efluentes. Também enfatizou que
125 existe uma associação em relação à elaboração dos planos e enquadramentos
126 e que o órgão executor da política tem um planejamento para elaboração dos
127 planos e que boa parte do planejamento também é para o enquadramento. A
128 Conselheira Leila Oliveira também indagou como serão elaborados os
129 enquadramentos se os lançamentos de efluentes não forem considerados?
130 Cristiane Soares Cortizo, coordenadora de Outorga, fez um esclarecimento em
131 relação ao volume outorgado, visto ser um dado mais expressivo que o volume
132 de lançamento uma vez que hoje se trabalha com menos de trinta por cento do
133 sistema esgotamento sanitário com outorga para lançamento de efluentes, logo
134 não refletiria o universo do lançamento de efluente na bacia, a qualidade atual
135 da bacia reflete um pouco mais a carga poluidora que esta sendo lançada na
136 bacia. O Consultor Rogério Campos enfatizou que este estudo trata da
137 priorização não do enquadramento. Também informou que depende do ponto
138 de vista do que se leva em conta, do que se toma como critério. Gabriel
139 Parmezani Moraes Técnico de Nível Superior da Coordenação de
140 Planejamento de Recursos Hídricos enfatizou que um dos critérios para utilizar
141 a captação parte da legislação, que prioriza a captação de água para
142 abastecimento humano e dessedentação animal. Maria do Carmo,
143 Coordenadora de Planejamento Recursos Hídricos, complementou que estes
144 critérios utilizados no estudo foram definidos por uma equipe, e que este
145 estudo foi realizado para embasar os enquadramentos que serão feitos nas
146 RPGAs. A Conselheira Leila Oliveira chamou a atenção do conselho no que

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria de Meio Ambiente
Instituto de Gestão das Águas e Clima
Conselho Estadual de Recursos Hídricos



147 tange à preocupação quanto ao que esta sendo lançado nos rios. O presidente
148 do conselho, Eugênio Spengler, disse que a dificuldade advém da falta de
149 integração do sistema do meio ambiente e recursos hídricos e que o maior
150 desafio é integrar as políticas gestão como um todo. Após a discussão passou-
151 se a discutir sobre o Processo nº1006110003007/11, para relatoria e parecer
152 do CONERH. O processo trata sobre a suspensão temporária de outorga
153 através da portaria número 137/2011. Esta suspensão foi solicitada pelo
154 Ministério Público através da Ação Civil Pública impetrada pelo município de
155 Malhada de Pedras, tendo com Réu o INGÁ e o Senhor Antônio Abrantes
156 Oliveira Neto. O conselheiro Luiz Henrique fez explanação sobre as questões
157 concernentes a todo o processo de concessão de outorga no local da bacia
158 hidrográfica em discussão. Também enfatizou que é um caso típico onde
159 envolve captação de água para abastecimento humano e dessedentação
160 animal. Luiz Henrique fez uma breve caracterização da bacia, que fica
161 localizada na bacia hidrográfica de clima semi-árido, e devido as
162 características hidrológicas e hidrográficas tornam-se inviáveis projetos
163 maiores de irrigação, que é um grande consumidor de água na Bahia, Brasil e
164 no mundo. Também informou que o índice de chuva na região foi bastante
165 grave, pois a EMBASA entrou em contato com o INGÁ informando que em três
166 semanas haveria o desabastecimento de três municípios da região, em função
167 do déficit hídrico nesse sistema. O INGÁ teve que tomar medidas a respeito,
168 tais como: Conversar com o responsável pelo Departamento Nacional de
169 Obras Contra a Seca - DNOCS e com o comitê gestor desse reservatório, ou
170 seja, que é a barragem de truvisco, para que houvesse uma descarga de água
171 para chegar até a última represa gerida pela EMBASA - que é a de Malhada de
172 Pedra, também salientou que isto não é uma tarefa fácil, pois existe mais de
173 sessenta represas particulares, embora sejam pequenas, chamada de represa
174 de nível que não tem uma grande acumulação de água, porém num período
175 crítico pode trazer problemas para o sistema. Luiz Henrique disse que o INGÁ
176 passou pelas diversas represas negociando com o comitê gestor para que
177 houvesse a liberação de água. O Comitê gestor só liberou a água com a
178 condição de que o INGÁ promovesse essa liberação para que a água
179 chegasse então até a represa de Malhada de Pedra. Considerou este fato
180 como sendo de um esforço muito grande e disse que a população estaria
181 reclamando de um empreendimento aproximadamente de 10 hectares e tem
182 um consumo de água razoável e estaria prejudicando o abastecimento
183 humano. Logo, o que ocorre é um conflito entre um projeto de irrigação e o
184 abastecimento Público e o INGÁ entendeu que o conflito estava estabelecido e
185 que teria que haver alguma redução por parte do usuário de recursos hídricos.
186 Entendido isso o INGÁ entrou em acordo com o usuário e impôs uma redução
187 na vazão outorgada para que não houvesse prejuízo para o abastecimento
188 humano. Luiz Henrique informou que todo este processo foi bastante rápido,
189 também comunicou ao usuário que ele passaria a irrigar mais no período da
190 noite, duas vezes por semana, de forma que ele pudesse salvar a cultura dele;;
191 porém, enfatizou que já há um consenso que naquela bacia não há
192 possibilidade de ter um projeto de grande irrigação. Explicou que um projeto
193 grande é diferente quando se fala em uma bacia que tem maior disponibilidade
194 hídrica, apresentou como exemplo a bacia do Grande ou do Correte que tem
195 maiores vazões e grandes projetos de irrigação. Também citou o exemplo da

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria de Meio Ambiente
Instituto de Gestão das Águas e Clima
Conselho Estadual de Recursos Hídricos



196 bacia do Salitre que já ocorrem conflitos pelo uso da água e que na opinião do
197 INGÁ um projeto de 5 hectares é um projeto grande para aquela bacia e
198 também considera que um projeto de 10 hectares para a bacia do Antonio é um
199 projeto grande para área. Também informou sobre a restrição que depois
200 dessa safra, no próximo período hidrológico, não há condições para
201 manutenção devido ao conflito pelo uso da água principalmente por se tratar de
202 é uma bacia bastante utilizada para o abastecimento humano, após esta
203 negociação o município de Malhada de Pedra entrou com uma Ação Civil
204 Pública para que houvesse uma revogação ou uma suspensão da outorga do
205 Usuário. Desta feita, o juiz determinou a suspensão da outorga deste usuário
206 devido aos prejuízos para o abastecimento humano de três municípios.
207 Também informou que houve uma apreciação do processo pelo Procurador do
208 INGÁ leitura da procuradoria do INGÁ que acabou acatando a decisão judicial.
209 Logo, esse é o quadro referente à situação apresentada na qual o usuário se
210 sentiu prejudicado e entrando com um processo administrativo no âmbito do
211 CONERH. A Conselheira Gertha Merícia, a qual será relatora do processo, se
212 pronunciou dizendo que há uma questão preliminar e que o conselho não
213 poderá se sobressair ao processo administrativo em parte da decisão judicial,
214 mesmo que provisória. O CONERH não poderá deliberar nada diferente da
215 decisão judicial, quando a matéria poderá ser apreciada, porém não poderá
216 deliberar sobre o fato, pois a decisão esta a nível em âmbito judicial. Gertha
217 informou que poderá receber os documentos do processo e fazer um parecer
218 colocando as questões jurídicas. O Conselheiro Evilásio Fraga disse que
219 concorda com a Conselheira Gertha, porém enfatizou que se trata do primeiro
220 caso concreto de conflito que chega ao CONERH. Também suscitou que esta
221 discussão seja feita com mais profundidade e calma para entender o ocorrido,
222 pois o produtor fez um investimento com base em uma autorização do Estado
223 de disponibilidade de água, logo se faz necessário discutir com calma e
224 bastante critério para entender e evitar que isso volte a ocorrer em outras
225 regiões do estado. O Conselheiro Julio Mota disse que não é o primeiro caso
226 de conflito, talvez seja o primeiro que chegou ao judiciário, pois houve outro em
227 Guanambi com barragem de Ceraima, entre outros no estado. Também
228 informou que o que se ficou a título de recomendação e que se há algum
229 momento de disponibilidade de água nas regiões semi-áridas e que se algum
230 investidor desejar se arriscar a fazer um projeto de irrigação nestas áreas
231 essas culturas deverão ser temporárias, por que se por acaso naquele ano os
232 produtores perdessem a cultura seria só a cultura daquele ano e não uma
233 cultura permanente como manga entre outras. Logo foi essa decisão que se
234 chegou quando do conflito de Ceraima quando da mediação da ANA – Agência
235 Nacional de Águas. Também ponderou que se trata de um fato que o conselho
236 e a comunidade enfrentarão muito daqui para frente. A Conselheira Gertha
237 Merícia lembrou que se devem priorizar os princípios expostos na lei que define
238 como prioridade a captação de água para abastecimento humano e
239 dessedentação animal. O Conselheiro Hermenilson disse que o CONERH não
240 pode titubear em tal situação uma vez que tenha que priorizar o abastecimento
241 humano. O Presidente Eugênio Spengler ressaltou que a tendência, se não
242 houver um planejamento adequado, é o aumento dos conflitos e causa uma
243 insegurança muito grande a sociedade, uma vez que o Estado é quem concede
244 a outorga. Sugeriu ainda que se encaminhe o processo para Procuradoria

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria de Meio Ambiente
Instituto de Gestão das Águas e Clima
Conselho Estadual de Recursos Hídricos



245 Geral do Estado para que se faça um estudo jurídico mais aprofundado da
246 situação. O Conselheiro Luiz Henrique ressaltou que a posição do INGÁ não foi
247 só acatar a posição judicial, uma vez que o mesmo já iniciou o cadastramento
248 da área. Disse ainda que a EMBASA deve se envolver, devido ao alto grau de
249 assoreamento dos reservatórios da região e o CBH local tem que se envolver.
250 Também enfatizou que o INGÁ esta fazendo um planejamento na área para
251 que daqui um ano não se repita o problema. Gustavo Penedo, Diretor de
252 Regulação, fez um esclarecimento técnico sobre a outorga concedida ao
253 senhor Antônio Abrantes Oliveira Neto. Disse que houve estudo hidrológico na
254 barragem de Malhada de Pedra e na época foi dada uma permissão de vazão
255 320 metros cúbicos por dia, com a problemática de escassez foi revisto a
256 permissão passando para duas vezes na semana com sete horas de irrigação
257 no período da noite passando de 320 para 211 metros cúbicos por dia. A
258 Conselheira Gertha Mericia enfatizou que é necessário que os conselhos
259 tenham assessoria jurídica, não no CONERH, mas no CEPRAM uma vez que a
260 Procuradoria Geral do Estado não tem assento no CEPRAM. O Presidente
261 Eugênio Spengler informou que na nova composição do CEPRAM a PGE será
262 contemplada. O Conselheiro Evilásio Fraga solicitou que é necessário
263 aprofundar a discussão e sugeriu que fosse composto um grupo de trabalho
264 para tratar sobre os conflitos de água. O Presidente Eugênio fez dois
265 encaminhamentos: o primeiro que o processo fosse encaminhado a
266 procuradoria Geral do Estado através do CONERH, e o segundo seria uma
267 discussão mais aprofundada sobre o tema que partirá do órgão gestor de um
268 seminário, ou outra proposta, que podem ser debatida em conjunto entre
269 CONERH e CEPRAM, por que vai além do conflito de água, há outros fatores
270 de interveniência que dialoga entre o CEPRAM e CONERH. O Conselheiro
271 Sergio Bastos informou que no Comitê do Recôncavo Norte foi colocado em
272 pauta a discussão sobre qual o papel do Comitê e os procedimentos que o
273 comitê deve tomar, diante de tais situações congêneres e sugeriu que o
274 CONERH adotasse procedimentos. O Presidente Eugênio Spengler sugeriu
275 que o INGÁ na próxima reunião apresentasse uma proposta de
276 encaminhamento dessa discussão. O Presidente fez informes sobre a nova
277 legislação que tratará sobre a integração do sistema ambiental na Bahia e
278 sobre a nova estrutura, informou ainda que terá que se ausentar ao final da
279 reunião passando assim para o Secretario Executivo do CONERH a tarefa de
280 encerramento da reunião. Em seguida, passou para o próximo ponto de Pauta:
281 que foi a apresentação da Embasa realizada pelo Conselheiro Julio Cesar
282 Rocha Mota que trata sobre o Tema Águas e Saneamento. Julio Mota começou
283 sua explanação enfatizando a importância da água para o meio ambiente e
284 para o consumo humano, e sobre o saneamento e esgotamento sanitário que
285 esta é o maior déficit no Brasil. Enfatizou que água é utilizada para vários fins.
286 Salientou que é necessária a integração das políticas para que se trabalhe em
287 conjunto, falou sobre a situação do saneamento básico do Estado da Bahia
288 citou a lei de Recursos Hídricos 9.433/97 onde se falou dos tópicos sobre
289 outorga, os critérios gerais para outorga de direito do uso da água. Destacou os
290 principais aspectos relacionados aos Recursos Hídricos que interferem na
291 saúde, como disponibilidade hídrica, e as características do meio, acesso aos
292 principais serviços de saneamento básico e os impactos gerados pelos setores
293 de usuários de recursos hídricos. Julio Mota também se referiu ao risco de

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria de Meio Ambiente
Instituto de Gestão das Águas e Clima
Conselho Estadual de Recursos Hídricos



294 doenças relacionadas com a água, como as doenças infecto parasitárias, as
295 doenças transmitidas pela falta de limpeza e higienização com a água, entre
296 outras, que podem ser transmitidas por vetores que se relacionam com a água;
297 doenças associadas com água e doenças dispersadas pela água. Julio Mota
298 afirmou que o acesso ao saneamento básico é importante para redução e a
299 prevalência de doenças, hoje existem milhares de pessoas que não tem
300 acesso à água com condições minimamente seguras de qualidade. Disse que a
301 falta de água potável e esgotamento sanitário é responsável por metade da
302 mortalidade infantil, e a ocupação dos leitos nos hospitais segundo (reportou-se
303 a Vargas 2005). Julio Mota destacou que a universalização do saneamento
304 está associada ao desenvolvimento humano e que o Brasil apresenta baixos
305 índices de cobertura em saneamento, principalmente em esgotamento
306 sanitário. Apresentou os índices de serviço de esgotamento sanitário no Brasil
307 mostrou que apenas cinquenta e seis por cento do esgoto sanitário é coletado
308 nos domicílios urbanos, e que apenas três por cento é coletado na área rural.
309 Informou que cerca dos vinte por cento dos esgotos coletados são tratados.
310 Lembrou que a demanda pelos serviços vem principalmente da população de
311 menor renda e da periferia dos grandes centros urbanos e regiões
312 metropolitanas. Julio Mota disse que são necessárias condições objetivas para
313 universalização do saneamento como: políticas públicas, financiamento e
314 investimento da união, planejamento, infraestrutura urbana e redução das
315 desigualdades sociais. Informou que o governo federal fez um estudo que
316 mostra que para reduzir o déficit e alcançar o acesso universal em vinte anos
317 será necessário um investimento de R\$178 bilhões ou R\$8,9 bilhões ao ano,
318 também disse que o Programa de Aceleração ao Crescimento prevê um
319 investimento de R\$10 bilhões ao ano até 2010. Disse que o programa de
320 Aceleração do Crescimento prevê a universalização do atendimento, a
321 implementação da lei de saneamento básico, garantir a política estável de
322 financiamento, promover intervenções integradas e sustentáveis nas favelas e
323 invasões das grandes cidades e apoiar projetos, obras e ações
324 desenvolvimento institucional. Falou do Programa Estadual Água Para Todos
325 que tem a participação da EMBASA, a abrangência do programa que atingem
326 255 municípios e que beneficiará 3,5 milhões de pessoal no estado. São 312
327 ações que correspondem à abastecimento de água somando um total de 225 e
328 87 ações de esgotamento sanitário. Os recursos assegurados nos anos de
329 2007 – 2010 foram num total de investimento de R\$2.443.309.187 sendo
330 R\$757.773.356 para abastecimento de água e educação ambiental,
331 R\$1.685.535.831 para esgotamento sanitário e educação ambiental e
332 R\$20.000.000,00 para desenvolvimento institucional. Julio Mota falou sobre a
333 situação encontrada para prestação dos serviços na Bahia que foram
334 ocupações desordenadas, loteamentos irregulares, precariedade das
335 construções, falta de pavimentação e drenagem e ocupações de encostas e
336 fundo de vales. Falou sobre o crescimento populacional acelerado de Salvador
337 e sobre as metas de saneamento e abastecimento para Salvador que são de
338 cem por cento. Também mencionou os desafios associados aos serviços de
339 esgotamento sanitário, que são: custos elevados, adesão, interferência,
340 necessidade de intervenções integradas, prioridade para água, projetos bem
341 feitos, novas tecnologias, localização das estações de tratamento e elevatórios,
342 licenciamento e outorga, viabilidade econômica-financeira e controle social.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria de Meio Ambiente
Instituto de Gestão das Águas e Clima
Conselho Estadual de Recursos Hídricos



343 Falou dos vários desafios para oferta de água, que são: poluição de
344 mananciais, poluentes emergentes, cobrança pelo uso da água, recuperação
345 de matas ciliares e pagamentos por serviços ambientais. Finalizando a sua
346 palestra Julio Mota falou sobre a lei 11.445/07 e o Decreto 7217/2010 que
347 estabelece um novo marco regulatório onde estabelece as diretrizes para o
348 planejamento, universalização, integração com as políticas de recursos
349 hídricos, meio ambiente, saúde e combate à pobreza, porém enfatizou que é
350 necessário buscar sustentabilidade das ações de saneamento e afastamento
351 dos interesses políticos, melhorando as ações dos gestores, evitando erros de
352 projetos, instalação e operação, e os altos custos operacionais. Enfatizou que a
353 lei prevê a elaboração do plano Nacional de Saneamento Básico, que já se
354 encontra em andamento irá prever a universalização e a fontes de
355 financiamento para esta tarefa, citou vários países onde existe a
356 universalização como: Estados Unidos, Inglaterra, França entre outros que
357 foram financiados pelo Governo Federal, pois estados e municípios e as
358 companhias não tem dinheiro para fazer a universalização. Julio Mota
359 agradeceu a todos os presentes e abriu o momento para perguntas: O
360 Conselheiro Sergio Bastos fez uma indagação sobre a cobertura do
361 saneamento básico no estado da Bahia e quando se dará essa maior
362 cobertura? Julio Mota falou que esse projeto esta em andamento e que
363 concluiu há pouco tempo o plano municipal de saneamento básico de Salvador.
364 Disse que todos os municípios deverão ter o seu plano municipal de
365 saneamento básico ate 2013, então em 2014, quem não tiver seu plano não
366 terá acesso a recurso para saneamento básico, logo será necessária uma
367 parceria mais eficaz entre a sociedade e poder público, pois estes planos
368 prevêm a universalização em 20 anos. O Presidente em exercício Luiz
369 Henrique Pinheiro agradeceu Julio Mota pela apresentação e falou sobre a
370 semana Mundial da Água e sobre seminário promovido pelo INGÁ no Hotel
371 Fiesta que tratou sobre o Tema O Uso da Água e seus Impactos sociais. O
372 Conselheiro Jose Silva Costa disse que um ponto o deixou curioso, pois ele
373 não viu nenhum ponto que exige do poder Público uma ação efetiva.
374 Ressaltando que os cargos públicos de alto escalão deveriam ser ocupados
375 por técnicos, o que facilitaria e viabilizaria a implementação das políticas
376 públicas. Após findar a discussão passou para o próximo ponto de pauta sobre
377 Informe do Grupo de Trabalho do Programa de Restauração e Conservação de
378 Matas Ciliares e Nascentes – GTMAC o qual foi adiado para próxima reunião
379 do conselho. Após este informe a Secretaria Executiva disse que foi
380 encaminhado aos conselheiros à deliberação nº01 de 27 de agosto de 2010, do
381 Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru, e que cabe apenas ao conselho
382 sobre a deliberação do Comitê. O último ponto de Pauta discutido foi a
383 alteração das datas das reuniões ordinárias do CONERH, para viabilizar a
384 presença do Presidente do Conselho nas reuniões. A Secretaria Executiva
385 informou que as únicas datas que coincidem são as do mês de maio e a de
386 novembro, que foram alteradas em consenso para os dias 24 de maio de 2010
387 e 30 de novembro de 2010, ficando o calendário das reuniões ordinárias da
388 seguinte forma: 24/03/2010, 24/05/2010, 25/08/2010 e 30/11/2010. Nada mais
389 havendo a discutir, o Presidente em exercício encerrou a reunião agradecendo
390 a presença de todos. Salvador 24 de março de 2011.